

Com o tema "O Seguro Rural que o Brasil precisa" encontro apontou alternativas sustentáveis e inteligente sobre constantes renegociações de dívidas agrícolas.



Palestrantes durante evento "O Seguro Rural que o Brasil precisa", realizado em Brasília, nesta terça (14). Foto: Divulgação/CNseg

Em um momento decisivo para o futuro do agronegócio brasileiro, autoridades, parlamentares e lideranças do setor de seguros se reuniram em Brasília, nesta terça-feira (14), para o evento "O seguro Rural que o Brasil precisa". O encontro, idealizado pela consultoria Meridiana e realizado com o apoio da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) e do Instituto Pensar Agropecuária, vinculado à Frente Parlamentar da Agropecuária (IPA/FPA), debateu a urgência de fortalecer e criar mecanismos governamentais robustos para a melhoria do seguro rural no país.

Na abertura do evento, os debatedores destacaram que a falta de investimentos preventivos no seguro gera um ciclo vicioso de perdas e renegociações de dívidas bilionárias, custando muito mais caro aos cofres públicos do que o fomento à proteção do produtor rural. Os palestrantes apontaram também, que o modelo atual de gestão de riscos agrícolas no Brasil precisa ser modernizado.

Para a senadora Tereza Cristina (PP-MS), a cultura de seguros deve ser criada e aprimorada, principalmente diante de mudanças climáticas cada vez mais severas e frequentes.

"Nós temos que trabalhar o nosso agricultor para ele ter a cultura do seguro. [...] E o seguro não é só climático. Esse é o principal ponto, mas ele tem que partir para um seguro de renda, ele tem que partir para um seguro paramétrico, ele tem outras opções, para que cada produtor possa segurar a sua produção de uma maneira apropriada. [...] O que é R\$ 1 bilhão para um setor que contribui com 30% do nosso PIB?", ressaltou.

Segundo o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, o seguro rural deixou de ser um acessório para se

tornar uma ferramenta de sobrevivência econômica para o país. Ele reforçou a importância de tratar o tema de forma definitiva, enaltecendo a atuação do Congresso Nacional sobre o assunto.

“O trabalho que a senadora Tereza Cristina tem feito, assim como tantos outros parlamentares, começa pelo menos a alertar para isso. Lamentamos que a gente esteja fazendo isso sem um acolhimento adequado dentro da política econômica. Acho que os gestores da política econômica brasileira precisam compreender que a preocupação com o equilíbrio fiscal não pode ser apenas acima da linha e não pode ser apenas de curto prazo. A gente tem que ter uma visão de longo prazo, porque vai custar muito mais barato para o Tesouro expandir o seguro rural do que continuar fazendo as renegociações de dívida agrícola, por exemplo”, destacou.

Cultura de Proteção

O deputado federal e presidente da FPA, Pedro Lupion (Republicanos-PR), destacou que o setor deve, definitivamente, criar uma cultura de convencimento sobre a necessidade da adesão ao seguro rural.

“Esperamos, com a conclusão da proposta legislativa que retornou ao Senado, que possamos aprimorar o setor neste tema e conseguir avançar rapidamente após a aprovação da nossa lei. Os Estados Unidos levaram mais de 20 anos para chegar a um sistema que hoje é um modelo que nós gostamos. A gente tem que correr contra o tempo para tentar chegar nisso em bem menos de 20 anos e, a curto prazo, consolidar uma cultura de seguro no Brasil”, afirmou.

O [Projeto de Lei 2.951/2024](#), que reformula o seguro rural, retornou ao Senado Federal após ser aprovado com alterações pela Câmara dos Deputados, no mês passado e aguarda a deliberação dos senadores para aprovação definitiva.

Durante o encontro, os debatedores também ressaltaram pontos temáticos como a melhoria da gestão de risco no campo, a mitigação de riscos climáticos, as experiências internacionais sobre o assunto e as discussões que promovam a diversificação de produtos com maior aplicação tecnológica na agricultura do país.

Fonte: CNseg, em 14.07.2026